

O JOGO SOCIAL NA OBRA DE PIERRE BOURDIEU: A RELAÇÃO ENTRE CLASSE SOCIAL E CRENÇA NO JOGO

Bruno Vinícius Borges de Seabra Santos¹

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Resumo

O artigo investiga a noção de Jogo Social na obra de Pierre Bourdieu. Metodologicamente, utilizamos uma análise sistemática e narrativa das principais obras do autor visando notar suas revoluções teóricas. A problemática do Jogo Social emerge da exposição do autor que entende a lógica do jogo como estruturante para a vida social. Os fundamentos dessa noção perpassam sua obra, sobretudo, quando o autor interpela os clássicos da sociologia – Durkheim, Marx e Weber – e arquiteta uma noção de sociedade que opera, também, no âmbito das relações tácitas (habitus) dentro dos vários campos sociais. Ao passo que avança nas pesquisas, Bourdieu compreende que não seria possível edificar sua “teoria da prática” de forma satisfatória, se não retomasse e propusesse uma resignificação das noções de classe e crença. Bourdieu é um autor marcante na história das ciências sociais e sua obra é basilar para se repensar as relações humanas a partir de microcosmos sociais (campos) que operam como locais de disputas em busca de troféus simbólicos, em outras palavras, representa um Jogo Social.

Palavras-chave: Jogo Social, Pierre Bourdieu, Classe, Crença, Subjetividade.

The Social Game in the work of Pierre Bourdieu: the relationship between Social Class and Belief in the Game.

Abstract

The article investigates the notion of Social Game in the work of Pierre Bourdieu. Methodologically, we use a systematic and narrative analysis of the author's main works in order to note his theoretical revolutions. The issue of the Social Game emerges from the author's exposition, who understands the logic of the game as a structuring element for social life. The foundations of this notion permeate his work, above all, when the author questions the classics of sociology – Durkheim, Marx and Weber – and constructs a notion of society that also operates within the scope of tacit relations (habitus) within the various social fields. As he advances in research, Bourdieu understands that it would not be possible to satisfactorily build his “theory of practice” if he did not resume and propose a resignification of the notions of class and belief. Bourdieu is a fundamental author in the history of social sciences and his work offers a basis to rethink human relations from social microcosms (fields) that operate as places of disputes in search of symbolic trophies, in other words, it represents a Social Game.

Keywords: Social Game, Pierre Bourdieu, Class, Belief, Subjectivity.

El juego social en la obra de Pierre Bourdieu: la relación entre clase social y creencia en el juego.

Resumen

El artículo investiga la noción de Juego Social en la obra de Pierre Bourdieu. Metodológicamente, utilizamos un análisis sistemático y narrativo de las principales obras del autor para señalar sus revoluciones teóricas. El tema del Juego Social surge de la exposición del autor, quien entiende la lógica del juego como elemento estructurante de la vida social. Los fundamentos de esta noción impregnan su obra, sobre todo, cuando el autor cuestiona los clásicos de la sociología –Durkheim, Marx y Weber– y construye una noción de sociedad que opera también en el ámbito de las relaciones tácitas (habitus) dentro de los diversos campos sociales. . A medida que avanza en la investigación, Bourdieu comprende que no sería posible construir satisfactoriamente su “teoría de la práctica” si no resumiera y proponga una resignificación de las nociones de clase y creencia. Bourdieu es un autor destacado en la historia de las ciencias sociales y su trabajo es fundamental para repensar las relaciones humanas desde microcosmos (campos) sociales que operan como lugares de disputas en busca de trofeos simbólicos, es decir, representa un Juego Social.

¹ Mestrando em Psicologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil. E-mail: bruno.seabra@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3721-303X>

INTRODUÇÃO

Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um dos mais importantes pensadores de seu tempo. Sua obra permanece reverberando nas ciências sociais e, com efeito, representa um importante marco para as ciências humanas. O grande arcabouço de conceitos, discussões e relações com as obras predecessoras ao seu pensamento, deram base para inúmeras problematizações e ressignificações acerca de questões que ainda careciam de complexificação, sobretudo, as questões de classe e de capital².

Seria ingênuo de nossa parte classificar a obra de Bourdieu, como muitos autores fizeram (Costa, 2005), como produção que se enquadra somente no ramo do *Construtivismo Estruturalista*. Uma premissa presente nessa afirmação, em vista da união dessas duas correntes de pensamento, é a concepção de que essa teoria pressupõe um indivíduo constituído por esquemas mentais de percepção que se transformam em ação e orientam o comportamento do indivíduo. Nesse caso, aparece o intuito de compreender o desvelamento das estruturas sociais para se lançar às formas de representações subjetivas. Apesar de aparente, não é tão simples classificar Bourdieu no ramo mencionado, principalmente no que tange a classificá-lo como um estruturalista, uma vez que, em muitos momentos, procurou se distanciar dessa caracterização. A evidência disso se faz presente na medida em que rebate formas gerais de classificação intelectual. Diz, no *Esboço de Auto-Análise*, que teve apenas uma participação no debate estruturalista, e complementa: “é preciso estar mal-intencionado, ou apenas mal-informado para situar-me entre os estruturalistas” (Bourdieu, 2004a, p. 103-104).

Bourdieu também se distancia da visão clássica da Sociologia no que se relaciona a uma visão determinista em que a estrutura social circunscreve e impõe aquilo que os indivíduos desejam na relação com o meio social. Sua obra se torna tão mais abrangente ao longo de sua carreira, que nos é possível levantar questões que permitam indicá-la como parte bastante relevante para os embates, entre outros, da Filosofia, Pedagogia e, mais recentemente, da Psicologia. É verdade, ademais, que Bourdieu aprimorou muitas das problematizações antes lançadas pelos três autores clássicos da Sociologia – Durkheim, Marx e Weber – mas, sobretudo, conseguiu aproximar as constatações sociológicas ao debate público, isto é, aos espaços em que a produção acadêmica costumava observar, mas, em um contrassenso, se distanciar (Burawoy, 2010).

Entretanto, muitas de suas ideias seguem linhas parecidas com as que já se manifestavam no pensamento sociológico que lhe antecedeu. Assim como Marx (2011), Bourdieu compreendeu a realidade social enquanto “conjunto de relações de forças entre grupos sociais historicamente em luta uns com os outros” (Corcuff, 2001, p. 56). Por esse

² Podemos afirmar que Bourdieu não se deixou levar por uma espécie de reducionismo econômico, isto é, pela restrição das relações humanas a eventos pautados tão somente pelas trocas econômicas mediadas pela macroestrutura. Bourdieu (2017) elencou um maior número de capitais, ou determinantes para prestígio e reconhecimento social, que se verificam como formas de poder, que vão muito além da visão economicista. Apesar de um enorme arcabouço teórico, e temas bastante abrangentes sendo levantados e elaborados pelo sociólogo aqui estudado, a fundamentação de sua obra, ou o que se encontra nas raízes de seu pensamento, se pauta na disputa por esses capitais específicos, muitas vezes complementares e difusos, os quais estão presentes em todo espaço de luta.

motivo, o sociólogo francês entendeu que os campos sociais³ funcionavam como uma lógica de *jogo*, em que alguns conseguem maiores honrarias que outros. Nessa mesma linha, Marx (2011) compreendera, através daquilo que fora denominado como *Materialismo Histórico Dialético*, que a história da sociedade se constitui justamente por essa luta de classes com interesses distintos. A questão se torna mais minuciosa na medida em que essa disputa entre classes se torna mais pluralizada, acontecendo o conflito não somente entre burgueses e proletários, como propusera Marx (2011), mas entre dominantes e dominados em diversos campos sociais, mediados não somente pelas relações de produção, mas também por diferentes tipos de capital. A realidade social, portanto, adquire uma dimensão simbólica na medida em que a influência do capital não é puramente marcada pelas relações econômicas, mas pelo sentido que é concedido, objetivado e reproduzido, naqueles (e por aqueles) que se encontram nessas relações de disputas.

Embora estivesse preocupado em como o indivíduo, repensado em *agente*⁴, se relaciona de modo prático com a realidade social através da ação, Bourdieu (2004a) compreendeu que esse não é instrumento de repetição das relações de classe, como uma marionete da estrutura. É, também, *sujeitado*, em alguma medida, uma vez que incorpora as disposições externas responsáveis por modificar e atualizar suas percepções. O *jogo*, portanto se apresenta como realidade estruturada que, ao mesmo tempo, estrutura a percepção dos agentes.

Desse modo, este artigo procura descrever a utilização da temática sobre o jogo na obra de Pierre Bourdieu, demonstrando que esse autor utilizou o termo enquanto uma metáfora lúdico-agonista das relações sociais. Esse conceito não se limitou às interações lúdicas ou às atividades competitivas comumente reproduzidas na infância, nem tampouco se restringiu a uma mera competição utilitarista e economicista da vida. O tema foi abordado em seu contexto mais amplo, compreendendo que essa disputa se enraiza e fundamenta a própria construção das relações sociais, dos campos e das classes sociais.

1. Revisão de Literatura

O Jogo na Teoria de Pierre Bourdieu

Abordaremos essa questão a partir de uma reflexão que o próprio Bourdieu (2004b) faz: como as condutas dos agentes podem ser regradas quando elas, nem sempre, são fruto da própria imposição da regra? As estruturas sociais exercem um fator tão determinante no interesse do agente em participar dos jogos aos quais se inserem em sua trajetória? Vimos algumas ideias primordiais desse autor que nos ajudam a pensar o problema em questão e pontuamos a conciliação entre as estruturas objetivas e as ações individuais.

³ Como bem observa Grenfell (2018), costumamos compreender o termo campo a partir de uma noção de espaço, ou local demarcado. Muito nos beneficiaremos se compreendermos que no francês existe um termo específico para isso: o de *le pré*. Bourdieu utilizou outro termo, o de *le champ*, que atribui muito mais um caráter de “campo de batalha”, de disputa e competição do que apenas de um local delimitado. Essa compreensão se faz bastante válida para compreendermos que o campo, assim sendo, é aquilo que possui uma determinada batalha, um jogo, em seu interior, na qual alguns vencem e outros perdem. Por isso, a lógica dos campos é a de que existem forças opostas de aceitação e rebaixamento daqueles que estão a competir. Uma vez que qualquer tipo de capital é escasso, conforme um agente acumula algo, ele retira de outro membro, mesmo que indiretamente, aquilo que esse possui.

⁴ O esforço de Bourdieu se concentra em entender o “agente”, a partir da construção de “uma teoria que visa a ação prática” (Catani *et al.*, 2017, Pág. 26). Isto é, em saber como o indivíduo, inserido em uma posição no espaço social e portador de conjuntos de disposições incorporadas, elabora e opera nas situações cotidianas.

Para responder às questões anteriores precisamos mencionar um dos principais conceitos da obra de Bourdieu: o *habitus*. O *habitus* não é uma instância que apenas internaliza o que há de coercitivo nos campos, pelo contrário, as inclinações apresentadas pelo meio não exercem – pelo menos em aparência – qualquer empenho para o convencimento do agente em adequar forçosamente o *habitus* ao campo.

É por esse motivo que Bourdieu (2017) discorre sobre o *habitus* como uma “estrutura estruturante [...] e estruturada” (p. 73). Grenfell (2018) explica que é *estruturada* a partir de nosso passado – família e escola. Ele pode ser considerado *estruturante* porque molda nossas práticas atuais e futuras, e é *estrutura* porque é ordenada sistemática e simbolicamente. Essa estrutura é, então, ordenada pelo que chamou de *disposições*, as quais define como:

[...] em primeiro lugar, o resultado de uma ação organizadora, apresentando, então um sentido muito próximo ao de palavras tais como estrutura; designa, por outro lado, uma maneira de ser, um estado habitual (em particular do corpo) e, em particular, uma *predisposição*, uma *tendência*, uma *propensão* ou uma *inclinação* (Bourdieu, 1983, p. 76).

Aquilo que o campo dispõe e que acaba por gerar essas propensões a determinadas ações acontece de “maneira inconsciente” (Grenfell, 2018, p. 76). A construção do *habitus* não é imposta de modo em que o agente consiga *escolher*, independentemente, aquilo que guia suas ações. A ação, ou a prática observável, é demonstrada por Bourdieu na equação apresentada abaixo, na qual *habitus* e capital se relacionam com características individuais e o campo, como instância externa, regula toda a prática:

$$[(\textit{habitus})(\textit{capital})] + \textit{campo} = \textit{prática}$$

O autor enuncia, desse modo, que existe uma relação direta entre as disposições internas – o *habitus* – e o volume de capital acumulado, que permite ao agente ocupar uma posição no campo. Percebamos que esse último não se encontra na primeira relação⁵ pois possui suas disposições próprias para interpelar, e ser interpelado, pelas características individuais. Em última instância, a equação representa a soma das disposições *subjetivas* com as *objetivas*, que têm a prática como resultado.

Nossa pretensão, ao mencionar esses conceitos de Bourdieu, é de buscar compreender que as imposições da estrutura não acontecem tão somente nas suas imposições de classe, mas, também, na forma de *interesse* do agente em angariar capital e, com isso, melhorar a sua posição no campo. Toda essa relação funciona como uma espécie de jogo, em que alguns se adaptam e se desenvolvem mais que outros, de forma a reconhecerem, entre eles, aqueles que estão em posições acima ou abaixo de si mesmos. Nenhum agente se lança nas relações sociais já com conhecimentos pré-estabelecidos porque, em partes, não conhecem de início as expectativas e meios para o reconhecimento que pode ser conquistado. Por isso, a relação do agente com o campo depende de *estratégias* (Bourdieu, 2017) para que esse possa se adequar, o que reforça a ideia de que os agentes não são meros reprodutores do meio, ao possuírem o que chamou de *caráter criativo* (Bourdieu, 2002a, p. 76), no qual o objetivo é maximizar capitais e, por conseguinte, posições. Conscientemente, ou não, o agente se adapta de tantas maneiras

⁵ Entre colchetes na equação.

a se conformar com o campo que, inclusive, até a sua postura, modo de andar, expressões faciais, isto é, a *hélix corporal*, entram em congruência com a ambição do campo.

Desse modo, o jogo é, em realidade, o *sentido do jogo* (Bourdieu, 2011). Nos debruçaremos sobre essa ideia, pois, a questão central estará justamente ligada à elaboração do que é esse *sentido*, ou do que impulsiona o indivíduo a agir de uma maneira e não de outra(s). Como dito, o que rege essas relações é uma lógica de competição pelos capitais dispostos, de maneira a adquirir reconhecimento e, com isso, dominar as relações que ali se dão. Os recursos são, evidentemente, desiguais (Bourdieu, 2017), visto que os competidores lidam com a escassez, seja econômica, de disposições culturais e, por conseguinte, de ordem simbólica, com a esperança de ascensão. O conceito, então, é aplicado por Bourdieu em diferentes contextos, visto que o jogo, nas suas observações, se apresentava tanto nas sociedades mais tradicionais, como a sociedade *Cabila*, na Argélia (Bourdieu, 2002b), quanto nas sociedades contemporâneas ocidentais⁶. Compreende-se, sobretudo, que as mais diferentes sociedades possuem suas mais distintas formas de jogo, uma vez que os capitais disponíveis estarão, de uma sociedade para a outra, dispostos para a competição entre os seus agentes nas suas formas específicas. Cada sociedade, mediada pela cultura, estabelece seus princípios fundamentais de reconhecimento, no entanto, mesmo que atravessada e influenciada por isso, essa mesma sociedade constituirá diversos campos, nos quais outros capitais e outras formas de dominação tendem a surgir.

Podemos, dessa forma, afirmar que o jogo é estrutura inerente à formação das relações sociais, nos mais diferentes contextos, devido a essa busca do agente por se sentir importante, *desejado*, o que se dará de maneira *estruturante* nas ações e relações sociais. No caso, o *sentido do jogo* é aquele dado enquanto forma vital – mesmo que simbólica – no âmbito das esferas de lutas (Bourdieu, 2011). Em última instância é ao desejar sair da posição de submissão, de dominado para dominante, que se encontra o cerne dessas relações. O *sentido em si* da ação, e os *habitus* mais bem ajustados poderão, então, pleitear as gratificações concedidas pelos jogos.

O *habitus* se adequa às disposições do campo, configurado enquanto jogo, mas de maneira alguma isso acontece pelo uso de uma lógica estritamente racional e com cálculos precisos dos efeitos prováveis das ações que visam uma espécie de *vitória*.

As ações sociais levadas a cabo pelos agentes no mundo social e em seus espaços específicos não significam, contudo, que eles realizem cálculos e se orientem com base numa lógica racional, ainda que este tipo de lógica também integre as lógicas da ação. O sentido do jogo, ou a habilidade de se mover e jogar no espaço social deve ser considerado, em primeiro lugar, como sentido prático, um modo de conhecimento *pré-reflexivo* das formas de conduta que é internalizado pelos agentes e tende a funcionar como se fosse um instinto natural ou dom (Catani *et al.*, 2017, p. 241).

Portanto, segundo Catani *et al.* (2017), os processos que permitem aos agentes se socializarem – as regras e convenções sociais, a introjeção dos códigos linguísticos e a aprendizagem constante que naturaliza e torna evidente aquilo que “deve ser feito” (p. 242) – são os elementos que dão base para criar isso que Bourdieu (2011) chamou de *sentido*. Alguns dos campos já estão marcados pela construção histórico-social da cultura no qual o agente está

⁶ Na sociedade francesa, esse autor denunciou diversas contradições advindas dessas disputas, no ambiente escolar, acadêmico, econômico, artístico, e tantos outros.

inserido, embora alguns deles dependam da apresentação familiar, ou coesão familiar, em alguma medida, para que o agente, desde criança, comece a introjetar a lógica e as possibilidades de premiação presentes nas possibilidades relativas.

Em última instância, para Bourdieu (2017), o *habitus* se adequa às relações que são postas e impostas e representa o próprio jogo incorporado em forma de verdade e clareza para aquele que joga. O sentido do jogo, sobretudo, está presente na possibilidade de previsão acerca dos resultados possíveis e na expectativa de que essa competição possa levar o agente a uma constatação da sua própria posição e de onde almeja chegar. Os símbolos dessa expectativa estão representados por outros agentes que conseguiram angariar os capitais necessários para a dominação simbólica e que, então, representam aquilo que o dominado deseja alcançar e reproduzir. Não são as *regras (nomos)* que, necessariamente, fundam o jogo e o interesse nele, mas as *regularidades*, isto é, a compreensão de que em todos os campos o jogo está sendo jogado com objetivos, na sua questão simbólica, idênticos de uns para os outros. Em outras palavras:

Pode-se falar de jogo para dizer que um conjunto de pessoas participa de uma atividade regrada, uma atividade que, sem ser necessariamente produto da obediência à regra, *obedece a certas regularidades*. [Porém, é necessário] que se distinga claramente *regra* de *regularidade*. O jogo social é regrado, ele é lugar de regularidades (Bourdieu, 2004b, p. 83 *apud* Grenfell, 2018, p. 80).

Portanto, existe uma lógica que funciona como um fundamento *dóxico*⁷ para que todos os campos atuem igual a um jogo. Existem regularidades inerentes a todos eles, mesmo que cada um produza suas próprias regras. Dentre essas regularidades: as *classes sociais* são aquelas que regulam o que é permitido e passível de condecoração e consagração em um jogo; e deve existir uma *crença* nas regras e premiações do jogo, necessária para fazer com que os dominados aceitem as condições que lhes são impostas. Mesmo que estejam distantes de uma posição em que são privilegiados, os agentes precisam acreditar que os jogos “valem a pena” de serem jogados.

Classes Sociais e Crença no Jogo

Na relação que abordamos anteriormente acerca das estruturas objetivas e subjetivas, pensamos ser necessário que discorramos sobre os temas de *classe* e *crença*, visto que parecem representar de forma satisfatória a fronteira entre essas estruturas. Nesse ponto, já adiantamos, Bourdieu não se afastou muito do que já era pensado nos clássicos da sociologia. Wacquant, na introdução do artigo escrito por Bourdieu (2013), intitulado *Capital Simbólico e Classes Sociais*, diz que quando o autor aborda a questão das classes e da crença, ele não se distancia do materialismo sensível de Marx, dos escritos sobre a classificação de Durkheim –

⁷ Para Grenfell (2018), a *doxa* se refere “ao desconhecimento de formas de arbitrariedade social que cria o reconhecimento não formulado nem discursivo, mas internalizado e prático, dessa mesma arbitrariedade social” (p. 155). É aquele conhecimento que se dá de forma intuitiva, *pré-reflexiva*, pois faz internalizar como naturais as *predisposições inconscientes* passadas de geração para geração. Faz parte de uma constituição do *habitus pré-internalizado*, pois emana de um conjunto de crenças que se estabelece em todas as formas simbólicas das relações sociais. É uma consideração autoevidente e se perpetua de forma herdada entre os agentes.

Precisamos mencionar que no artigo supracitado, Bourdieu (2013) estabelece que os agentes possuem dois tipos distintos de propriedade, uma delas começando pelo próprio corpo, que representa algo de material no mundo físico, e outro de propriedades que são construídas nas relações com outros sujeitos, isso é, nas trocas simbólicas entre eles. No primeiro caso existem indicadores objetivos para expressar o volume de capital dessa propriedade, seja de bens materiais, atributos corpóreos ou outros. A segunda acontece de maneira mais difícil de ser detectada, visto que é necessária certa habilidade para decifrar as significações lançadas nas relações. A primeira, portanto, visa compreender uma *realidade objetiva* que determina leis compreensíveis pelas operações cognitivas, enquanto que a segunda trabalha com as representações (Bourdieu, 2013, p. 106). Para elaborar melhor, podemos dizer que:

Os objetivistas, que admitem a existência de uma ‘realidade’ social ‘independente das consciências e das vontades individuais’, fundam as construções da ciência, de maneira bastante lógica, sobre uma ruptura com as representações comuns do mundo social (as ‘preensões durkheimianas’); os subjetivistas, que reduzem a realidade social à representação que dela fazem os agentes, tomam por objeto, de maneira bastante lógica, o conhecimento primeiro do mundo social: simples “relatório de relatórios”, como diz Garfinkel, essa “ciência” que tem por objeto outra “ciência”, aquela que os agentes mobilizam em sua prática, limitam-se a registrar os registros de um mundo social que seria apenas, no limite, o produto de estruturas mentais, ou seja, linguísticas (Bourdieu, 2013, p. 106-107).

Logo adiante, o autor afirma que a ciência social não pode ser reduzida a um simples apanhado de estatísticas acerca das distribuições de capital – em crítica ao método durkheimiano – em determinadas sociedades, mas que os agentes são capazes de reconhecer a existência de classes distintas mesmo que elas não se apresentem de maneira clara e objetiva para eles. Nesse ponto, Bourdieu se aproxima de Weber (2004) por acreditar que ambas as estruturas não são excludentes, mas complementares, ao apontar que o distanciamento material entre as classes é determinante na subjetividade das representações atribuídas. As classes funcionam como fronteiras objetivamente inscritas, mas que classificam coletivamente as *distinções* que serão internalizadas de forma individual, ao ponto que pareçam *naturais* ao agente (Bourdieu, 2001). Isso é o mesmo que dizer que as classificações subjetivas se fundam nas categorias objetificadas pelos campos, ao ponto de, nessa relação, não se notar que as próprias fundações de seus maneirismos - como se comportar, se vestir, andar e etc. – se fundam nas próprias distinções pré-estabelecidas pelas categorizações objetivas, pois:

[...] medindo-se grosseiramente o desejo de realização pelas chances de implementá-lo, o grau de satisfação íntima ao alcance dos diferentes agentes depende muito menos do que se poderia acreditar de seu poder efetivo enquanto capacidade abstrata e universal de satisfazer necessidades e desejos abstratamente definidos por um agente qualquer; depende muito mais do grau em que o modo de funcionamento do mundo social ou do campo no qual estão inseridos favorece o desabrochar de seu *habitus* (Bourdieu, 2001, p. 183).

É nesse âmbito que as classes e a crença parecem se fundir. Para Bourdieu (2017; 2013)

as classes sociais estabelecem fluxos contínuos de representações continuamente revogáveis em que, muitas vezes, as lutas com outras classes se dão a partir da luta de classificações⁸. Não bastaria que assumíssemos as diferenças de posições em diferentes classes apenas como fatores da acumulação de quantidades de capitais totalmente monetizáveis, mas a partir da possibilidade de distinguirmos aquilo que deve ser assimilado ou dissimulado da esfera que representa veredito de pertencimento à mesma classe. Não seria possível, nas palavras de Georges Duby⁹ (*apud* Bourdieu, 2013), *esbanjar* algo se, para isso, não existisse uma obrigação de parecer com alguma coisa, ou uma necessidade de desclassificar aquilo que é distante de sua realidade. É por essa via que podemos compreender que o capital social – as honrarias, títulos recebidos, e rede de influências – só pode ser concedido àqueles que são assimilados como parte da mesma classe dos que concedem os títulos – a exemplo da nobreza inglesa, que procurava, até o séc XVIII, se ditanciar da burguesia emergente através das titulações que auto-concediam. A *crença* na validade dessas atribuições, por parte tanto dos dominantes quanto dos dominados é justamente o que permite a transferência do simples prestígio e da credibilidade social, em forma de capital social, para o capital simbólico, responsável por impulsionar as mais diferentes formas de dominação, isto é, de esnobar ou ser esnobado pelas classificações. Ela funciona como um *processo mágico* de interiorização e, por conseguinte, de reconhecimento dos valores sociais (Catani *et al.*, 2017).

O uso da noção de crença passa por um desejo do autor de provocar e sensibilizar o olhar do observador social sobre o caráter arbitrário e sagrado do universo simbólico das sociedades. De caráter naturalizado, as crenças são sempre coletivas e sempre produtos de construções que remetem a um jogo de forças entre agentes ou grupos sociais diferentemente posicionados na estrutura social. Derivam do conhecimento de uma “verdade”, de seu conhecimento e reconhecimento social e individual, que se realiza como uma segunda natureza. As crenças se orientam no pano de fundo que orientam as condutas, os pensamentos, um conjunto de disposições éticas e estéticas que alimentam o sentido prático das ações individuais (Catani *et al.*, 2017, p. 135).

Em outras palavras, a crença ocorre quando a relação dialética entre as estruturas mentais e sociais não é tão manifesta, ou facilmente percebida. Catani *et al.* (2017) afirmam que Bourdieu vai além da percepção da crença na esfera religiosa, ao levar essa concepção à compreensão acerca da sensação de pertencimento que o agente incorpora ao ter contato com aquilo que ele compreende como *classes distintas das demais*. A crença passa pela sensação de se sentir “seleto” e “único”, mesmo que em dependência de um grupo que possa afirmar e legitimar essa sensação. Ela está presente em qualquer esquema de formação do sentido de grupo, da forma mais *incorporada* e (transformada em) *naturalizada* possível. São percebidos como “atributos inatos de uma distinção natural” (Bourdieu, 2013, p. 112). Ao ser naturalizada, *dóxica*, ela representa a principal forma de dominação simbólica, visto que o capital simbólico de uma classe estará distante de ser questionado. Vejamos que:

O capital simbólico dos que dominam a ‘alta sociedade’ [...] não depende apenas dos desprezos ou das recusas, das diferenças ou dos ardores, dos signos de reconhecimento

⁸ Um exemplo é a diferenciação entre a classe dos professores e a dos alunos de determinadas instituições. Poderíamos procurar elencar as diferenças através de dados quantitativos que justificassem o distanciamento entre as classes, tais como: a quantidade de diplomas, número de aulas dadas e etc. No entanto, as distinções entre classes se dão, muitas vezes, nas classificações já pré-estabelecidas nos campos enquanto significações impostas na forma de *ordem social*, isto é, de uma condição imposta por fatores objetivos, mas que dizem respeito a uma questão simbólica.

⁹ Citado por Bourdieu, em *Capital Simbólico e Classes Sociais*, como exemplificação dessa questão.

ou dos testemunhos de descrédito, das marcas de respeito ou de desprezo, de todo o jogo, enfim dos julgamentos recíprocos. Ele é a forma sublimada de que se revestem realidades tão claramente objetivas como aquelas registradas pela física social, castelos ou terras, títulos de propriedade, de nobreza ou de ensino superior, assim que são transfigurados pela *percepção encantada*, mistificada e cúmplice. [...] O valor social, crédito ou descrédito, reputação ou prestígio, respeitabilidade ou honorabilidade, não é o produto das representações que os agentes realizam ou fazem de si, e o ser social não é meramente um ser percebido (Bourdieu, 2013, p. 110 e 111).

Em sequência, podemos citar o trecho das *Meditações Pascalianas*, no qual Bourdieu (2001) afirma que o “agente nunca é por inteiro o sujeito de suas práticas: por meio das disposições e da *crença*, que estão na raiz do envolvimento no jogo, [pois] quaisquer pressupostos constitutivos da axiomática prática do campo se introduzem até nas intenções aparentemente mais lúcidas.” (Bourdieu, 2001, p. 169). O campo molda as expectativas de reconhecimento, que por sua vez classificam os agentes em classes. Os agentes reproduzem as crenças compartilhadas, mesmo que *desconheçam* as diferenças através da *ordem social* (*Idem*), imposta não somente por meio de ordenações conscientes, mas de maneira tácita, ao ser internalizada como natural e cristalizada na linguagem, nos estilos de vida e nas maneiras.

Essa ordem social é aquilo que Bourdieu (2017) chamou de condição pré-reflexiva de *pressuposições*, em que os jogos e os objetivos propostos já se encontram fundados na relação entre as estruturas objetivas e as categorias de percepção que constituem aquilo que Husserl¹⁰ chamou de *protodoxa* (Arias Muñoz, 1982), isto é, uma forma de “percepção automática do mundo social como mundo natural” (Bourdieu, 2013, p. 113). Da visão de que parte do mundo social existe da maneira que é, pelo desconhecimento dos antepostos imputados pela história, é que se funda a *crença* ao permitir ter relação com o que há de mais intransponível nos valores sociais, a *doxa*. A crença é, em si, o desconhecimento do crédito conferido a determinados objetos a partir de percepções coletivas que transformam seus objetos sociais em objetos da *natureza*. Ela diz das distinções que estão arraigadas de maneira tão estruturante que, inclusive a linguagem é objetivada, tendo como efeito as manifestações de reconhecimentos às posições sociais de classe, e autoriza, de maneira *inconsciente*, todo e qualquer capital simbólico implicitamente consagrado.

Em suma, conforme dizem Catani *et al.* (2017), a “crença é base fundamental para a compreensão dos processos de construção do social, sendo importante instrumental para perscrutar o *universo inconsciente das ações individuais e coletivas*” (p. 135, grifo nosso). Apesar de se afastar da crença apenas como produto da fé religiosa, Bourdieu (2001) diz que essa compõe “toda uma série de mecanismos sociais [que] tendem a assegurar o ajustamento das disposições às posições, oferecendo por seu intermédio, aos que deles se beneficiam, uma experiência encantada (ou mistificada) do mundo social” (p. 180). É somente dessa maneira que o jogo pode ocorrer, pois ele acontece de maneira classificada, acreditada e distinta.

Não é somente um fenômeno de regras pré-estabelecidas no campo, pois depende da crença nas leis, objetivos e na esperança de ascensão compartilhada. Os próprios *desejos* do

¹⁰ Matemático e Filósofo alemão, fundador da escola filosófica conhecida como *fenomenologia*. Influenciou o pensamento de Bourdieu, principalmente em suas primeiras obras, quando o autor aqui estudado procurava compreender a prática como o resultado de uma articulação entre a *fenomenologia husserliana* e o *estruturalismo* de Lévi-Strauss

agente são introjetados, parecendo ser algo natural e, por esse motivo, a própria disputa (jogo) parece natural ao agente. Nas palavras do próprio Bourdieu (2001), é preciso que o jogo seja justo e que, de alguma maneira, o agente se sinta especial e distinto dos demais, pois só assim ele crê na possibilidade de superar a competição mesmo que, ao fazer parte dessa batalha diária, o indivíduo esteja submetido às mais diferentes formas de dominação, sujeição e, conseqüentemente, de sofrimento.

2. Procedimentos Metodológicos

Propôs-se, primeiramente, um levantamento bibliográfico com o intuito de delimitar a literatura a ser utilizada na construção deste artigo e, em seguida, prosseguir para os propósitos da *revisão de literatura* (Cervo; Bervian, 2002). Propusemos: a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa. Nesse tipo de estudo, são analisadas as produções bibliográficas em “determinada área [...] fornecendo o estado sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada” (Noronha; Ferreira, 2000, p.191).

Fizemos uma *análise sistemática* da literatura, da forma que Sampaio e Mancini (2007) descreveram:

As revisões sistemáticas são desenhadas para serem metódicas, explícitas e passíveis de reprodução. Esse tipo de estudo serve para nortear o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações e identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área. [...] uma revisão sistemática requer uma pergunta clara, a definição de uma estratégia de busca, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos e, acima de tudo, uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada (Sampaio; Mancini, 2007, p. 86).

A *revisão de narrativa* fora recomendada para o levantamento da produção científica disponível e para a “(re)construção de redes de pensamentos e conceitos, que articulam saberes de diversas fontes na tentativa de trilhar caminhos na direção daquilo que se deseja conhecer” (Noronha; Ferreira, 2000, p.193).

Ao passo que essa pesquisa avançou, procurou-se compreender porquê a estrutura conceitual do sociólogo e filósofo francês tem contribuído para diversas áreas do conhecimento, em apreensão dos processos de aquisição simbólica e inovação da prática. Este artigo, portanto, teve como premissa a *análise sistemática* da literatura integratória do léxico teórico bourdieusiano em seus mais diferentes complementos.

A obra de Pierre Bourdieu é bastante vasta. Procuramos, com isso, delimitar o tema a um recorte exequível, que nos ajudasse a compreender os fundamentos do Jogo Social em sua obra. Foram utilizadas obras de um período mais avançado da carreira do autor, tais como: *Esboço de auto-análise; A Dominação Masculina; A Distinção; Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Alguns comentadores foram consultados, em forma de artigos e livros, de maneira a permitir as relações conceituais propostas entre o autor aqui estudado e os clássicos da sociologia.

Os procedimentos se iniciaram na leitura dessas obras em língua portuguesa, o que nos permitiu fazer uma aproximação dos conceitos comumente utilizados nesse material. Ao aparecerem em contextos diferentes, as principais ideias foram destacadas e co-relacionadas, nos outorgando uma compreensão mais ampla do referencial teórico, sem nos atermos a explicações singulares de conceitos complexos. Desse modo, confrontamos os textos de Bourdieu, mencionados acima, com o intuito de encontrar a regularidade em que esses conceitos são descritos e, sobretudo, procuramos relacioná-los com os diferentes momentos da obra do autor. Notamos uma maior frequência na menção aos temas aqui estudados nas obras mais tardias. Por esse motivo, as principais referências dizem respeito a livros publicados a partir da década de 80, sendo que as obras dos principais comentadores são bastante recentes¹¹.

3. Resultados e Conclusão

A princípio podemos afirmar que o jogo faz parte das relações sociais, bem como é pela sua lógica de funcionamento que os campos sociais se estruturam e operam.

No entanto, não podemos apenas diminuir a questão do jogo a um embate consciente, em que todos os agentes aceitam participar dessa disputa como se houvesse um contrato coletivamente determinado, porém individualmente aceito, a partir de uma avaliação racional das possibilidades – de sucesso e fracasso. É por esse motivo, que Bourdieu (2001) acreditou ser essa competição algo inconsciente, que molda a percepção dos agentes, sem esses a compreenderem enquanto tal. Não poderíamos nos distanciar dessa noção, se não compreendessemos que os agentes são estruturados por aquilo que Bourdieu (1983) chamou de *habitus*, o qual internaliza as disposições do campos – microcosmos sociais nos quais os agentes se inserem ao longo da vida – e contribui para as possibilidades criativas e estratégicas no mundo. É nessa relação, que os agentes procuram angariar capitais, pois esses são os responsáveis pela possibilidade de ascensão e rebaixamento nas posições, também compreendidas como classes sociais, nos mais diferentes contextos.

A questão das classes diferenciou Bourdieu dos autores clássicos da sociologia, a saber: Durkheim, Marx e Weber. Ele acreditava que o agente poderia fazer parte de uma classe dominante em um campo, mas estar sujeitado à dominação em outro (Bourdieu, 2017). Desse modo, as relações seriam mais fluidas do que as propostas anteriormente. Esse autor também revolucionou a noção de “crença”, pois a dissociou da ideia de crença religiosa. Bourdieu (2017) defendia a proposta de que a dominação só poderia ser aceita através da crença, uma vez que, por parte dos agentes, so se é possível aceitar a condição de jogador, se o jogo for aceito enquanto algo justo e que “valha a pena ser jogado”. Muitas vezes, esses não avaliam as possibilidades de insucesso e, se avaliam, podem ficar submetidos a uma dose constante de angústia, visto que desconhecem o desfecho dessa empreitada.

Desse modo, na obra do autor estudado, o jogo não se limita às questões lúdicas, nem tampouco às atividades que inserem a criança paulatinamente na vida adulta. O conceito se dá de forma mais ampla, ao compreender que o mundo social se fundamenta enquanto uma disputa, o que faz os agentes internalizarem, a partir da constituição do *habitus*, a distinção entre as classes sociais e a crença na superioridade de alguns grupos perante outros. É somente por introjeções constantes das disposições externas, pré-existentes nos campos, que o agente funde ao seu *habitus* uma lógica competitiva que lhe parece natural, *dóxica*. Com isso, a disputa

¹¹ De 2017 em diante: Catani *et al.* (2017); Grenfell (2018); Monteiro (2018).

se torna parte operante da própria subjetividade do agente que, mesmo sujeitado a inúmeras situações de dominação, reproduz essa mesma lógica à revelia de sua vontade.

REFERÊNCIAS

- ARIAS MUÑOZ, J. A. *La Radicalidad de la Fenomenología Husserliana*. Madrid: Fragua, 1982.
- BOURDIEU, P. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983a.
- BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002a.
- BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila**. Oeiras, PI: Celta Editora, 2002b.
- BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004b.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- BOURDIEU, P. **Capital Simbólico e Classes Sociais**. *Novos Estudos*, vol. 96, p. 105-115, 2013.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2ª Ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.
- BURAWOY, M. **O Marxismo Encontra Bourdieu**. Organizador: Ruy Gomes Braga Neto. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- CATANI, A. M; NOGUEIRA; M. A; HEY; A. P; MEDEIROS, C. (orgs.) **Vocabulário Bourdieu**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CERVO, A; L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CORCUFF, P. **As novas Sociologias**. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- COSTA, M. C. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. 3ª ed., São Paulo: Moderna, 2005.
- GRENFELL, M. (org.) **Pierre Bourdieu: Conceitos Fundamentais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.
- MARX, K. **O Capital [Livro 1]: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2011.
- MONTEIRO, J. M. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SAMPAIO R.F.; MANCINI M.C. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. Revista brasileira de fisioterapia. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

Submetido em: jul. 2021.

Aprovado em: sept. 2021.

Publicado em: sept. 2021.